

Resenha

Sorting Things Out - Classification and Its Consequences

Geoffrey C. Bowker e Susan Leigh Star
Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1999
(377 páginas)

DOI:10.3395/reciis.v4i5.424pt

Maiko Rafael Spiess

Departamento de Política Científica e Tecnológica
Universidade Estadual de Campinas
Caixa Postal: 6152 – 13083-970
Campinas - São Paulo



Há várias maneiras de tratar as anomalias. Negativamente, podemos ignorá-las, não percebê-las, ou, percebendo-as, condená-las. Positivamente, podemos, deliberadamente, confrontar as anomalias, e tentar criar um novo padrão de realidade onde elas tenham lugar. Não é impossível um indivíduo rever seu próprio esquema pessoal de classificações. Mas nenhum indivíduo vive isoladamente e seu esquema terá sido parcialmente recebido de outros indivíduos (DOUGLAS, 1976, p.54).

Classificar é humano. Diariamente, as pessoas submetem objetos, animais, lugares, doenças, ocupações ou idéias a diversos processos de classificação. Desde as formas mais corriqueiras de organização pessoal, como a disposição de

livros em uma biblioteca particular ou o estabelecimento de prioridades para tarefas domésticas, passando pela escolha de padrões tecnológicos, e chegando, finalmente, a grandes distinções como “raça”, etnia ou “nacionalidade”, vivemos imersos em complexos sistemas de classificações. De maneira quase implícita, criamos separações, ordenações e sistematizações baseadas em determinadas maneiras de classificar o mundo em suas dimensões materiais e sociais, que são herdadas culturalmente e, muitas vezes, operacionalizadas tecnicamente em manuais, listas, formulários, estatísticas ou procedimentos burocráticos.

Em seu livro *Sorting Things Out - Classification and Its Consequences*, Geoffrey C. Bowker e Susan Leigh Star exploram a natureza, o surgimento e as consequências sociais das classificações, especialmente quando elas são

formalizadas, institucionalizadas e adotadas em contextos amplos e generalizados, como as sociedades contemporâneas. De fato, para os autores, “classificações são tecnologias poderosas” (p.319), que representam determinadas escolhas sociais e técnicas e que possuem implicações éticas e políticas significativas, ainda que normalmente ocultas ou difusas. Em outras palavras: por detrás de certos sistemas classificatórios, por mais banais e neutros que eles possam parecer, existem determinadas racionalidades, cujos reflexos podem afetar relações sociais e, em última instância, a própria identidade das pessoas ou a natureza dos objetos por eles classificados.

Esta premissa é claramente percebida na descrição dos sistemas de classificação apresentados pelos autores, a estrutura ao redor da qual se constrói a obra: ao analisarem a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID)¹, a Classificação das Intervenções de Enfermagem (CIE)², os diagnósticos de tuberculose e o sistema de classificação racial sul-africano durante o regime do apartheid, Bowker e Star realizam um esforço de contornos foucaultianos, não apenas para reconstituir os processos de construção e estabilização de determinadas classificações e standards, mas principalmente para avaliar o impacto destas tecnologias nas interações humanas.

Para além de uma introdução, um breve capítulo teórico e metodológico e uma última seção conclusiva, o livro - descrito pelos próprios autores como uma espécie de “cruzamento” entre Sociologia do Conhecimento e da Tecnologia, História e Ciência da Informação (p.6) - pode ser dividido em três grandes partes. Na primeira parte, intitulada “Classificação e Infra-estruturas em Larga Escala” (capítulos 2 ao 4), o caso da CID é analisado extensivamente, com o intuito de investigar como este “sistema de classificação médica global foi desenvolvido para servir a interesses conflituosos de múltiplos sistemas de informação locais, nacionais e internacionais” (p.16). Formalmente, trata-se de uma publicação da Organização Mundial de Saúde (OMS), que codifica numericamente doenças, sintomas e causas de mortalidade e morbidade, utilizada mundialmente e, atualmente, em sua décima revisão (CID-10). No entanto, para os autores, a CID é caracterizada mais detalhadamente como uma *infraestrutura informacional*, simultaneamente baseada em práticas e tecnologias específicas, que, através de um esforço de sistematização das enfermidades e seus sintomas, possibilita a realização e a compreensão generalizada de atividades como diagnósticos médicos, procedimentos burocráticos ou a construção das estatísticas e modelos epidemiológicos.

Porém, isto não significa que as categorias representadas na CID sejam estáticas, definitivas ou universais. Sobretudo, convém salientar que a análise histórica sobre a constituição da CID não demonstra uma trajetória de consenso gradativo, marcada por princípios de neutralidade científica, mas sim um conjunto de esquemas conflitantes e sobrepostos. As categorias são construídas, surgem e desaparecem em novas edições da CID, e são interpretadas por seus usuários, de acordo com diferentes contextos sócio-históricos, muitas vezes revestindo a classificação com uma carga moral e ética:

No caso da CID, isto significa descrever a doença de tal maneira que as contingências sociais e legais sejam encobertas pelo próprio sistema classificatório, naturalizando-as” (p.87).

Por exemplo, os diversos tipos de abortos (ainda que medicamente equivalentes e com possíveis complicações similares) são classificados na CID especialmente em relação às distinções morais sobre o tema – abortos espontâneos são classificados com o código 634, enquanto os abortos legalmente induzidos, assim como os ilegalmente induzidos, não especificados ou mal sucedidos, são classificados sob o mesmo código, 638. Em outras palavras, ao constatar-se uma distinção entre os abortos ocorridos naturalmente e aqueles causados principalmente pela intervenção humana, é possível intuir que a classificação está baseada no caráter jurídico, moral e ético do aborto, demonstrando a contaminação destes fatores na própria “narrativa” da CID³.

Os efeitos das classificações na vida dos indivíduos é o foco da segunda parte do livro, intitulada “Classificação e Biografia” (capítulos 5 e 6). Em um primeiro momento, os autores esforçam-se em demonstrar a complexidade de um diagnóstico de tuberculose e, desta maneira, os efeitos de constantes redefinições na condição de “tuberculoso”. Essencialmente, a tuberculose é descrita como uma “experiência em movimento”⁴, que “está inserida em um terreno mutável de possíveis sistemas de classificação e símbolos culturais” (p.173). Sobretudo, para além do problema da construção de um diagnóstico de tuberculose, os autores procuram demonstrar os impactos desta enfermidade (e as classificações decorrentes desta condição) na vida dos pacientes, utilizando-se de conceitos como *trajetória* e *torque*.

A noção de trajetória (ou mais precisamente, de *body-biography trajectory*), diz respeito aos históricos mutuamente influenciados dos corpos e das biografias pessoais, ao longo de um período de tempo, onde determinadas enfermidades

podem causar mudanças na história dos indivíduos afetados, e vice-versa. Todavia, este processo de “dupla determinação” complexifica-se quando confrontado com um sistema classificatório rígido, como a sistematização e medição dos sintomas da enfermidade, ou o enquadramento da tuberculose na CID. Nestes casos, apontam os autores, ambas as trajetórias (corporal e social) sofrem um efeito de *torque*, isto é, uma espécie de “torção” que as altera: ao serem classificadas com portadores de determinadas enfermidades, por exemplo, os pacientes passam a ter um *status* muito específico, que determina sua relação com os demais atores sociais, como decorrência deste processo de classificação. Desse modo, os autores apontam que sistemas classificatórios e padronizações rígidas podem representar forças capazes de “distorcer” as trajetórias pessoais, redefinindo trajetórias corporais e sociais, mas que também podem representar um mecanismo importante na definição de identidades, inclusive através de uma postura ativa daqueles que estão sob os efeitos dos sistemas classificatórios (como no caso de indivíduos que aprendem a lógica interna do sistema classificatório e procuram ajustar sua identidade, positivamente ou negativamente, aos parâmetros estabelecidos).

Esta perspectiva é aprofundada no capítulo seguinte, onde as classificações (e reclassificações) raciais institucionalizadas durante o *apartheid* sul-africano são analisadas, de modo a ressaltar seu impacto em históricos de vida particulares. Formalmente, a classificação racial sul-africana foi conformando-se durante os anos 1950, após a ascensão de um governo nacionalista e a aprovação de duas leis que tornaram obrigatórias a classificação das pessoas em grupos raciais, que passaram a determinar socialmente, entre outros aspectos, onde estas pessoas poderiam morar, trabalhar ou estudar (p.196). Esta classificação estava baseada na divisão dos indivíduos em quatro grandes grupos raciais: Europeus (ou brancos), Asiáticos, mestiços (coloured) e nativos (ou Bantus). Além disso, as categorias “mestiço” e “nativo” eram sub-divididas através de diversos critérios “antropologicamente incorretos”, intrinsecamente subordinados ao projeto político de determinação da identidade nacional e legitimação das classes dominantes.

Mais detalhadamente, para além da discussão histórica sobre a origem deste regime ou sobre as implicações éticas da relação entre sistemas de classificação, racismo e burocracia estatal, os autores apresentam casos de indivíduos que transcendiam as classificações raciais impostas pelo Estado, seja alternando entre categorias distintas e muitas vezes conflitantes (pg. 203, 206), ou ainda assumindo um caráter “limítrofe” - ou seja, casos particulares que não

eram passíveis de uma classificação objetiva por parte do sistema sociotécnico estatal, por conta da ausência de correspondência entre as características e históricos dos indivíduos e a infraestrutura legal e tecnocientífica do regime (p.217). Neste sentido, é justamente a partir das exceções que os autores procuram evidenciar a constante tensão entre grandes sistemas de classificação e os casos individuais, aplicando claramente o princípio metodológico de *inversão infraestrutural*, apresentado no primeiro capítulo da obra: por conta de sua tendência à naturalização e até mesmo banalização, as infraestruturas informacionais e classificatórias muitas vezes tornam-se invisíveis, sendo necessário, portanto, o uso de exemplos aparentemente contra-intuitivos, excepcionais e de caráter quase anedótico para expor seu funcionamento interno⁶.

A terceira parte do livro trata da relação entre sistemas de classificação e práticas de trabalho. Para isso, Bowker e Star analisam o caso da Classificação das Intervenções de Enfermagem (CIE)⁷, buscando esclarecer como e por que este sistema de informação sobre as práticas e intervenções de enfermagem foi instituído. Por um lado, os autores indicam que o estabelecimento de um sistema classificatório é essencial para a constituição de determinados grupos profissionais, contribuindo para sua distinção, reconhecimento e institucionalização em relação ao restante da sociedade. Ao estabelecerem uma linguagem padronizada para a atividade de enfermagem (a CIE), os pesquisadores desta área do conhecimento possibilitaram a visibilidade desta atividade, normalmente considerada secundária, acessória e até mesmo “invisível”. Mais precisamente, os autores defendem que o estabelecimento de sistemas classificatórios associados com determinados grupos profissionais proporciona a comunicação interna desta classe profissional, mas também sua inter-relação com sistemas de informação mais extensos, tanto nas esferas burocráticas, quanto científicas (p.242). Portanto, o objetivo maior da CIE seria, afinal, “tornar o trabalho invisível, visível” (p.254).

Por outro lado, de um ponto de vista epistemológico, a sistematização científica das práticas de enfermagem implica em privilegiar determinados objetos, registros e intervenções, em detrimento de outros. Ou seja, o estabelecimento de um sistema formal de classificação reforça determinadas categorias, ao mesmo tempo em que permite o encobrimento de outras. No entanto, ao contrário do que possa parecer inicialmente, isto deve ser considerado como uma parte constituinte do processo de construção do conhecimento: o “esquecimento” deliberado de certos objetos e categorias delimita as fronteiras e o alcance das disciplinas científicas e

das atividades de comunidades de prática, ao mesmo tempo em que proporciona sua organização interna (p.279, 280). Neste sentido, as escolhas realizadas pelos responsáveis pelo design da CIE procuram, simultaneamente, representar as práticas cotidianas da profissão, conforme concebidas pelos próprios praticantes, e proporcionar uma crescente sistematização (e assim, visibilidade e reconhecimento) desta área do conhecimento.

Finalmente, os últimos dois capítulos apresentam uma breve revisão das questões decorrentes das análises dos casos apresentados, como também possíveis direcionamentos e possibilidades teóricas e analíticas relacionadas aos sistemas de classificação modernos. Em linhas gerais, a atividade de classificação é pode ser então concebida como sendo simultaneamente organizacional e informacional, mas sobretudo, como *infraestrutural*. Desde a atividade científica, passando por práticas profissionais cotidianas e eventualmente afetando as trajetórias pessoais dos indivíduos, os esquemas de classificação surgem em formatos e alcance diversos, mas sempre representando uma parte naturalizada e hermética da racionalidade moderna. Sobretudo, argumentam os autores, compreender a constituição, o funcionamento e principalmente a formalização destes sistemas é aumentar nossa compreensão acerca da vida cotidiana.

Convém salientar que, ainda que o tema da classificação esteja presente em obras clássicas da sociologia e antropologia (por exemplo, em trabalhos de autores como Émile Durkheim, Marcel Mauss e Mary Douglas) ou, ainda que marginalmente, em trabalhos dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia⁸, Bowker e Star procuram refinar e expandir a compreensão das Ciências Humanas acerca do tema. De fato, a concepção geral sobre os sistemas de classificação apresentada na obra parte de princípios antropológicos e etnometodológicos, incorporando contribuições do campo multidisciplinar dos Estudos Sociais da Ciência e da Tecnologia para, enfim, produzir uma conceitualização geral dos sistemas de classificação como resultado de processos epistemológicos, políticos e morais diversos e que, em última instância, podem ser considerados como tecnologias praticamente onipresentes, cujas utilização e disseminação possuem efeitos reais (e muitas vezes, dramáticos) na vida cotidiana.

Editado pela primeira vez em 1999, na prestigiada série *Inside Technology* da editora MIT Press, o livro continua sendo extremamente relevante para profissionais de áreas diversas, tais como sociólogos, profissionais de Saúde e da Ciência da Informação. Mesmo que a natureza muito heterogênea dos casos e exemplos analisados não contribua para a

fluidez da leitura como um todo, o estilo de escrita leve (e muitas vezes bem-humorado), a capacidade de análise dos autores e a riqueza descritiva da obra acabam favorecendo sua compreensão geral. Por fim, a importância do livro reside também no fato de representar uma compilação de algumas das principais idéias da carreira acadêmica do casal de autores até o momento de seu lançamento e, em especial, ao tocar em temas como classificações, padronizações, *boundary objects* e até mesmo sociologia do trabalho, como uma aproximação inicial à prolífica e diversa obra de Susan Leigh Star, falecida precocemente em março de 2010.

Notas

1. Em inglês, International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems (também conhecida pela sigla ICD).
2. Nursing Interventions Classification (NIC).
3. Curiosamente (e apesar de não possuir mais significância prática), algumas categorias "residuais", completamente anacrônicas ainda estão representadas na CID, como a adição em absinto, presente na CID-9 sob o código 304.6. Para os autores, isto é um indício de que as classificações não apenas refletem as condições sociais e morais atuais, mas que carregam "em si" classificações herdadas de outros contextos sócio-históricos.
4. O diagnóstico de tuberculose é uma tarefa bastante complexa: "A tuberculose não possui uma única causa" (...), "ela não aparece em apenas um lugar, geralmente os pulmões são infectados, mas ela pode produzir lesões em outros órgãos e tecidos" (pg. 172). Além disso, historicamente não era certo "e ainda não está claro" quando se deve parar de classificar alguém como tuberculoso (pg. 174).
5. Para maiores informações, os autores sugerem trabalhos como: Corbin, J.; Strauss, A. *Unending Work and Care: Managing Chronic Illness at Home* (1988) ou Timmermans, S. *Saving Lives or Saving Identities? The Double Dynamic of Techno-scientific Scripts* (1996).
6. "Esta inversão é uma luta contra a tendência de desaparecimento da infraestrutura (...). Isto significa aprender a observar atentamente tecnologias e arranjos que, por definição e pelo hábito, tendem a desaparecer na paisagem (algumas vezes, literalmente)" (pg. 34).
7. Existem diversos sistemas de classificação de atividades de enfermagem. Os autores referem-se, especificamente, ao Nursing Interventions Classification (NIC), "um projeto que foi iniciado em 1987 por um grupo de pesquisadoras da College of Nursing University of Iowa" (Guimarães & Barros, 2001: 131).
8. Alguns exemplos sobre a questão da classificação em trabalhos dos ESCT: ao analisar o caráter "socialmente localizado do conhecimento", Barry Barnes (1983) comparou as diferentes classificações taxonômicas de animais produzidas por nativos da Nova Guiné e cientistas. John Dean (1979) estudou controvérsias históricas sobre classificações no campo da botânica. Ian Hacking, (1992) por sua vez, discutiu a criação relativamente recente da categoria comportamental

de “abuso infantil”, cuja sistematização criou novos significados para certas ações e atitudes que historicamente já foram consideradas normais.

Bibliografia:

BARNES, B. On the conventional character of knowledge and cognition. In: KNORR-CETINA, K.;

MULKAY, M (Eds.). Science observed: perspectives on the social study of science. London: Sage Publications, 1983.

BOWKER, G.C. Memory practices in the sciences. Resenha de: ALBAGLI, S. RECIIS: Revista Eletrônica de Comunicação Informação e Inovação em Saúde. v.1, n.2, p.277-279, 2007.

CLARKE, A. In memoriam: Susan Leigh Star (1954-2010). Science Technology Human Values, v.35, n.5, p.581-600, 2010.

CORBIN, J.; STRAUSS, A. Unending work and care: managing chronic illness at home. San Francisco: Jossey-Bass, 1988;

DEAN, J. Controversy over classification: a case study from the history of botany. In: BARNES,B.; SHAPIN, S. (Eds.). Natural order: historical studies of scientific culture. London: Sage Publications, 1979.

DOUGLAS, M. Pureza e perigo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976. (Debates).

GUIMARÃES, H.; BARROS, A. Classificação das intervenções enfermagem. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v.35, n.2, p.130-4, 2001.

HACKING, I. The making and molding of child abuse. Critical Inquiry, v.17, n.2, p.253-288, 1991.

TIMMERMANS, S. Saving lifes or saving identities? the double dynamic of techno-scientific scripts. Social Studies of Science, v.26, p.767-797, 1996.